

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	7
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	12

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	19
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	20
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	21
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	22

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.069.715.169
Preferenciais	0
Total	4.069.715.169
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	1.367.777	1.326.802
1.01	Ativo Circulante	1.272.288	1.274.528
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.260.044	1.272.138
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.931	2.090
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.931	2.090
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	313	300
1.01.08.03	Outros	313	300
1.01.08.03.01	Valores a Receber - Contrato de Mútuo	313	300
1.02	Ativo Não Circulante	95.489	52.274
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	95.489	52.274
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	95.489	52.274
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	0	310
1.02.01.10.05	Valores a Receber - Contrato de Mútuo	95.489	51.964

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	1.367.777	1.326.802
2.01	Passivo Circulante	39.875	27.260
2.01.02	Fornecedores	4	4
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4	4
2.01.03	Obrigações Fiscais	15.405	2.790
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	15.405	2.790
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	15.405	2.790
2.01.05	Outras Obrigações	24.466	24.466
2.01.05.02	Outros	24.466	24.466
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	24.466	24.466
2.02	Passivo Não Circulante	119	119
2.02.04	Provisões	119	119
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	119	119
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	119	119
2.03	Patrimônio Líquido	1.327.783	1.299.423
2.03.01	Capital Social Realizado	1.210.200	1.210.200
2.03.04	Reservas de Lucros	89.223	89.223
2.03.04.01	Reserva Legal	7.191	7.191
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	82.032	82.032
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	28.360	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	2.597	-83
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-45	-83
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.911	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-269	0
3.04.05.01	Tributos sobre Receitas Operacionais	-269	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.597	-83
3.06	Resultado Financeiro	40.364	16.545
3.06.01	Receitas Financeiras	42.333	16.545
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.969	0
3.06.02.01	Tributos sobre Receitas Financeiras	-1.969	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	42.961	16.462
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-14.601	0
3.08.01	Corrente	-14.601	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	28.360	16.462
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	28.360	16.462
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00697	0,00522

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	28.360	12.550
4.03	Resultado Abrangente do Período	28.360	12.550

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	31.134	15.833
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	31.134	15.833
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-43.228	-89
6.03.01	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	-89
6.03.02	Outros Valores a Receber - Mútuo	-43.228	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-12.094	15.744
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.272.138	1.220.689
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.260.044	1.236.433

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.210.200	0	89.223	0	0	1.299.423
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.210.200	0	89.223	0	0	1.299.423
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.360	0	28.360
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	28.360	0	28.360
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.210.200	0	89.223	28.360	0	1.327.783

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	710.200	0	10.395	0	0	720.595
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	89	0	0	89
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	710.200	0	10.484	0	0	720.684
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	12.550	0	12.550
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	12.550	0	12.550
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	710.200	0	10.484	12.550	0	733.234

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	2.642	0
7.01.02	Outras Receitas	2.642	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.642	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.642	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	40.364	16.545
7.06.02	Receitas Financeiras	40.364	16.545
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	43.006	16.545
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	43.006	16.545
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	14.601	3.912
7.08.02.01	Federais	14.601	3.912
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	45	83
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	28.360	12.550
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	28.360	12.550

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DE DESEMPENHO – 1º TRIMESTRE DE 2026

A Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S/A – CADIP, em conformidade com as disposições das Leis Federais nº 6.404/76 e nº 13.303/16, bem como com as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, apresenta as informações relativas ao primeiro trimestre de 2026. Em anexo, seguem as demonstrações contábeis intermediárias revisadas pelos Auditores Independentes e as respectivas Notas Explicativas.

Constituída em 26 de dezembro de 1995, sob a forma de sociedade anônima e controlada pelo Estado do Rio Grande do Sul, a CADIP tem como finalidade apoiar o Tesouro Estadual na gestão da dívida pública. Ao longo de sua evolução institucional, incorporou ao seu objeto social a atuação como garantidora em contratos de Parcerias Público-Privadas (PPPs), bem como a possibilidade de participação, como investidora, em instrumentos financeiros e projetos alinhados às diretrizes de desenvolvimento econômico do Estado.

No primeiro trimestre de 2026, a CADIP manteve sua trajetória de consolidação como instrumento estratégico do Estado do Rio Grande do Sul na estruturação de soluções financeiras e no apoio a projetos de desenvolvimento econômico.

O período foi marcado pela continuidade das iniciativas iniciadas em 2025, com destaque para o fortalecimento de parcerias institucionais, evolução de estruturas financeiras inovadoras e avanço na agenda de apoio a investimentos, especialmente por meio de mecanismos estruturados.

No primeiro trimestre de 2026, a Companhia concentrou esforços na estruturação e implementação de instrumentos financeiros voltados à viabilização de políticas públicas, com destaque para o apoio creditício aos municípios gaúchos. Considerando sua natureza não financeira, a CADIP operacionalizou, na fase inicial, o Programa Avançar Mais Cidades por meio do Badesul, destinando recursos da ordem de R\$ 100 milhões, dos quais aproximadamente R\$ 93,2 milhões já foram injetados na economia estadual.

Paralelamente, foi constituído de fundo de investimento privado, em parceria com a Banrisul Corretora, com recursos estimados em R\$ 200 milhões, com o objetivo de ampliar o acesso a financiamento pelos municípios em condições mais atrativas através do BRDE e Banrisul.

No âmbito das PPPs, destaca-se a definição da participação da CADIP como empresa garantidora nos projetos dos aeroportos regionais de Passo Fundo e Santo Ângelo, cujo contrato deverá ser assinado ainda neste primeiro semestre de 2026. Destacamos o lançamento do Edital, ocorrido neste primeiro trimestre,

Comentário do Desempenho

para a PPP das escolas sendo que a CADIP também atuará como garantidora do contrato. Outras iniciativas semelhantes seguem em fase de estruturação.

Sob a ótica econômico-financeira, a Companhia apresentou resultado líquido de R\$ 28,4 milhões no trimestre, com ativo total de R\$ 1,36 bilhão e patrimônio líquido de R\$ 1,299 bilhão, evidenciando solidez patrimonial. No passivo, registra-se montante aproximado de R\$ 40 milhões, composto principalmente por provisões para distribuição de dividendos (R\$ 24,4 milhões) e obrigações tributárias, incluindo imposto de renda (R\$ 15,4 milhões).

Esses resultados reafirmam o papel da CADIP como instrumento estratégico de política pública, conciliando solidez financeira com capacidade de indução ao desenvolvimento econômico do Estado.

Para os próximos trimestres, a CADIP seguirá concentrada em estruturação e operacionalização de fundos de investimento, ampliação de instrumentos financeiros inovadores, fortalecimento de seu papel como agente catalisador de investimentos no Estado e apoio a projetos estratégicos com impacto econômico relevante.

No que se refere às práticas ambientais, a Companhia não desenvolve atividades com potencial de impacto ambiental relevante, em consonância com seu objeto social. No campo da governança, mantém estrutura aderente ao disposto em seu Estatuto Social, com regras claras e mecanismos de controle estabelecidos.

Informações adicionais, incluindo o Estatuto Social e as demonstrações financeiras completas, encontram-se disponíveis no sítio eletrônico da Companhia.

Porto Alegre, 29 de abril de 2026.

A Administração

Notas Explicativas

1 Informações gerais

A Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP é uma sociedade de economia mista, supervisionada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre - RS.

A Companhia foi constituída em 26 de dezembro de 1995 pela Lei 10.600, de 26 de dezembro de 1995, sob a forma de sociedade anônima, sob controle do Estado do Rio Grande do Sul e teve recentemente seu objeto social alterado e ampliado através da Lei 16.209, de 16 de dezembro de 2024, o qual, através do seu art. 2º, passou a ter a seguinte redação:

I - prestar serviços destinados a auxiliar o Governo do Estado do Rio Grande do Sul na administração da dívida pública, bem como na estruturação e implementação de instrumentos financeiros necessários à execução do Plano de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, podendo, inclusive:

- a) emitir e colocar no mercado obrigações, inclusive títulos e valores mobiliários, ou contratar financiamentos junto ao sistema financeiro nacional ou organismos multilaterais; e
- b) adquirir, alienar ou dar em garantia ativos;

II - prestar garantias em contratos de Parcerias Público-Privadas - PPP - firmados pelo Estado do Rio Grande do Sul; e

III - participar, de forma minoritária, no capital de empresas que atuem no Rio Grande do Sul, conforme condições estabelecidas em lei e observadas as diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Estadual do Rio Grande do Sul.

As demonstrações financeiras foram liberadas pela Diretoria para exame da Auditoria em 07 de abril de 2026.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

Notas Explicativas

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, e as Normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Valores a receber – mútuo

A Companhia, alinhada às diretrizes do Governo Estadual, firmou, em 31 de outubro de 2025, Instrumento Particular de Mútuo, Abertura de Linha de Crédito, Cessão Fiduciária e Outras Avenças, com o Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS. O crédito total é de R\$ 100 milhões que será destinado, exclusivamente, a servir de *funding* para operações de crédito do BADESUL, voltadas ao financiamento de projetos de investimentos realizados pelos municípios Gaúchos, através do Programa Avançar Mais Cidades. Em 2025 foi liberado o montante de R\$ 52 milhões e em 2026 o montante de R\$ 41,2 milhões, sendo que o total das liberações compilam a cifra de R\$ 93, 2 milhões.

2.4 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Administração informa que a Companhia não possui nenhuma operação que possa ser caracterizada como instrumento financeiro derivativo ou operações de *hedge*.

Os recursos financeiros destinados a alcançar o objeto social da Companhia estão representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa e por créditos a receber. Em função das suas características, a Administração da Companhia entende que os valores contábeis se situam em níveis líquidos de mercado.

2.5 Provisão para riscos fiscais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, com a probabilidade de que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da mesma possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de

Notas Explicativas

uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, a estimativa de reembolso é reconhecida como um ativo em separado, mas apenas quando o valor for praticamente certo. As despesas relativas às provisões prováveis e possíveis são apresentadas na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.6 Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança. É provável que recursos financeiros futuros possam fluir para a Companhia, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das suas atividades.

2.7 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição, durante determinado período, é apresentada pela CADIP, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Contábeis.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Contábeis e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

2.8 Arrendamento Mercantil

Avaliamos os efeitos da aplicação da NBC TG 06 (R3) e não identificamos contratos que possam ser caracterizados como de arrendamento mercantil.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia atingiu integralmente o limite de compensação da base negativa da contribuição social e dos prejuízos fiscais acumulados até 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 23.645. Esse valor também representa o limite máximo de compensação aplicável para o resultado final de 2025, conforme a legislação fiscal vigente.

Notas Explicativas

Adicionalmente, os créditos tributários decorrentes desses prejuízos fiscais e da base negativa, no montante de R\$ 8.039 em 2024, não foram reconhecidos contabilmente, em linha com uma abordagem conservadora, tendo em vista que sua realização está condicionada à geração futura de lucros tributáveis, a qual já ocorreu.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Bancos - conta movimento	-	-
Aplicações financeiras	<u>1.260.044</u>	<u>1.272.138</u>
	<u>1.260.044</u>	<u>1.272.138</u>

As aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Fundos de Investimentos lastreados em títulos públicos federais e Certificados de Depósitos Bancários, em Instituições Financeiras Públicas, com liquidez diária, conforme abaixo:

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Banco Banrisul (CNPJ: 92.702.067/0001-96) – CDB Automático - Mensal	99	15
Banco Banrisul (CNPJ: 92.702.067/0001-96) – Depósito a Prazo CDB - Mensal	455.944	496.647
Banco do Brasil (CNPJ: 11.046.645/0001-81) – BB Ref DI TP FIF	801.986	775.476
Banco Banrisul (CNPJ: 65.451.763/0001-02) - FAFs	<u>2.015</u>	<u>-</u>
	<u>1.260.044</u>	<u>1.272.138</u>

5 Partes relacionadas

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025, as transações com partes relacionadas estão representadas, pelo contrato de mútuo, assinado em 31 de outubro de 2025, e pelas aplicações financeiras, descritas na Notas 2.3 e 4.

6 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de março de 2026 o Capital está composto por 4.069.715.169 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no Brasil.

Em 16 de abril de 2025 o Acionista Estado do Rio Grande do Sul, alinhando-se ao Plano de Negócios da Companhia, efetuou integralização de Capital Social, no valor de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).

Os valores do Capital Social estão assim constituídos:

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Capital Social	1.210.200	1.210.200

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e art. 31 do Estatuto Social.

(ii) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros está representada pelo saldo remanescente de lucro líquido, após as destinações legais e estatutárias.

(c) Apropriação do lucro líquido do exercício

De acordo com o estatuto da Companhia, o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, terá as seguintes destinações:

(i) 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do Capital Social;

(ii) No mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado

Notas Explicativas

nos termos do Art. nº 202, da Lei nº 6.404/76, para pagamento de dividendos aos acionistas;

(iii) O saldo remanescente será destinado para dividendos ou constituição de outras reservas de lucros nos termos da lei.

7 Remuneração dos administradores

Na forma do artigo 6º da Lei Estadual nº 10.600/95, de 26 de março de 1995, os Conselheiros e Diretores da Companhia são remunerados, simbolicamente, com a importância de R\$ 1,00 (um real), por reunião e por mês, respectivamente, uma vez que os trabalhos por eles desenvolvidos são considerados, pela Lei Estadual nº 10.600, de 28 de março de 1995, como de serviço público relevante.

8 Provisão para riscos fiscais

A Administração da Companhia tomou a decisão, conservadoramente, de constituir provisão para perda em processos judiciais, perante a Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre - RS, referente à compensação de créditos tributários, inscritos em Dívida Ativa, no valor de R\$ 191mil, em 31 dezembro de 2024, e frente à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, referente ao questionamento quanto à aplicação de multa cominatória por alegado atraso de envio de documentos, no montante de R\$ 208mil, em 31 de dezembro de 2024, com decisão favorável à Companhia, face ao trânsito em julgado no litígio com a Receita Federal, a provisão foi revertida. No tocante às contingências com a CVM, mantiveram-se os valores originalmente efetivados em depósitos judiciais, assim constituídos:

DISTRIBUIÇÃO	VALORES			PROBABILIDADE DE SAÍDA DE RECURSOS
	CAUSA	DEPÓSITO JUDICIAL	PROMISÃO	
07/05/2013	51.881,04	51.881,04	51.881,04	Possível
21/12/2012	42.177,00	42.177,00	42.177,00	Possível
17/07/2020	24.563,62	24.563,62	24.563,62	Possível

9 Receitas operacionais

A Companhia realiza operações de concessão de crédito por meio de contratos de mútuo, auferindo receitas de juros sobre tais operações. Considerando que estas atividades estão alinhadas ao seu objeto social e são desempenhadas de forma recorrente, as receitas correspondentes são classificadas como operacionais.

A Administração entende que as receitas oriundas das atividades de contratos de mútuos representam parte da fonte de geração de resultado da Companhia, não se caracterizando

Notas Explicativas

como rendimentos acessórios de aplicações financeiras, mas sim como decorrência direta de sua atividade econômica.

Adicionalmente, as operações financeiras realizadas estão sujeitas à incidência de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), reforçando sua natureza como operações típicas de crédito no âmbito de atuação da Companhia.

10 Despesas gerais e administrativas

Nos períodos findos em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025, a Companhia possuía registradas as seguintes despesas administrativas:

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Serviços de terceiros	20	21
Impostos taxas e emolumentos	-	1
Publicações	25	61
	<u>45</u>	<u>83</u>

11 Eventos Subsequentes

Após o encerramento do trimestre, em 31 de março de 2026, não ocorreram eventos subsequentes capazes de afetar, significativamente, o patrimônio da Companhia.

12 Ajustes de Exercícios Anteriores

Nos períodos do 1º e 2º trimestres de 2025 foram contabilizados R\$ 89 e R\$ 191, respectivamente, de ajuste a débito na conta “provisão para riscos fiscais” contra a conta de “reservas de lucros”. Pela irrelevância dos ajustes em relação ao Patrimônio Líquido, não reapresentamos as demonstrações financeiras conforme determina a NBC TG 23 (R2).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

À
DD. DIRETORIA DA
CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S.A. - CADIP
PORTO ALEGRE – RS

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais, da CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S.A. - CADIP, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de três meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S.A. - CADIP é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21(R4) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Enfatizamos que nossas conclusões não prescindem do que constam nas notas explicativas que acompanham as informações trimestrais.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

"Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.- CAD/P, nos termos da lei e dos estatutos sociais, examinamos as Demonstrações Financeiras do trimestre encerrado em 31/03/2026, tendo presente ainda a Relatório dos Auditores Independentes, manifestamo-nos, por unanimidade, pela regularidade das referidas matérias."

Porto Alegre, 06 de maio de 2026.

Paulo da Fontoura Sacco
Conselheiro

Giovanne Carlos Silva de Sousa
Conselheiro

Juliana Debaquer
Conselheira

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. – CADIP, declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao primeiro trimestre de 2026, aprovando por unanimidade e sem ressalvas, as Demonstrações Contábeis da Companhia.

Porto Alegre, 07 de abril de 2026.

Carlos Eduardo Provenzano
Presidente

Cristiane Costa da Rosa
Diretora Técnica

Luis Antônio Medina Gomez
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores após revisão e discussão sobre as opiniões expressas no Relatório de auditoria sobre a revisão das informações financeiras intermediárias relativo as Demonstrações Financeiras da Companhia, de competência do primeiro trimestre de 2026, manifestam, por unanimidade e sem ressalvas, pela conformidade da referida peça, à luz do regramento CVM.

Porto Alegre, 27 de abril de 2026.

Carlos Eduardo Provenzano
Presidente

Cristiane Costa da Rosa
Diretora Técnica

Luis Antônio Medina Gomez
Diretor de Relações com Investidores